

RACISMO E A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

RACISM AND FOOD AND NUTRITION INSECURITY IN BRAZIL

Suiane Costa Ferreira¹
Ariele Souza Lima Melo²

Resumo

A trajetória histórica da segurança alimentar no Brasil não foca suas análises a partir do racismo, estando a pobreza e a renda sempre à frente na discussão. Assim, este trabalho analisou a relação entre o racismo e a produção da insegurança alimentar e nutricional na população negra brasileira a partir de uma revisão. O método utilizado neste estudo foi a revisão integrativa de literatura, a partir da seleção de 16 trabalhos. Da análise, surgiram quatro núcleos temáticos, sendo eles: Racismo, baixa escolaridade e insegurança alimentar; Racismo, gênero e insegurança alimentar; Racismo, segregação residencial e insegurança alimentar; e Racismo, comunidades tradicionais e insegurança alimentar. A iniquidade na distribuição de recursos financeiros, fortemente influenciada pelo racismo, emerge como um fator determinante na disparidade de segurança alimentar entre os lares brasileiros. A variável racial exerce uma influência acentuada no acesso a alimentação na quantidade e qualidade necessárias. Portanto, o racismo atua como um obstáculo sistêmico, contribuindo para a perpetuação da insegurança alimentar e nutricional na população negra brasileira.

Palavras-chave: Insegurança alimentar e nutricional; Racismo; População negra.

Artigo Original: Recebido em 10/02/2025 – Aprovado em 14/06/2025 – Publicado em: 15/09/2025

¹ Enfermeira, Mestre e Doutora em Educação e Contemporaneidade. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (graduação e Pós-graduação), Coordenadora do grupo de pesquisa Afrocentrar Saúde: Ilera Dudu, Salvador, Bahia, Brasil. e-mail: sucacosta02@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9884-5540> (autora correspondente)

² Nutricionista graduada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia. Integrante do Coletivo Afrocentrar Saúde: Ilera Dudu. Nutricionista Hospitalar no Instituto de Perinatologia da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. e-mail: arielenutri@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-2517-2543>

Abstract

The historical trajectory of food security in Brazil has not primarily examined racism, with poverty and income consistently taking precedence in the discussion. This study, therefore, aims to analyze the relationship between racism and the production of food and nutrition insecurity among the Black Brazilian population through a literature review. The method employed was an integrative literature review, selecting 16 studies. The analysis identified four key thematic areas: Racism, low education levels, and food insecurity; Racism, gender, and food insecurity; Racism, housing segregation, and food insecurity; and Racism, traditional communities, and food insecurity. The inequitable distribution of financial resources, significantly influenced by racism, emerges as a critical determinant of disparities in food security across Brazilian households. Race plays a decisive role in shaping access to food in both adequate quantity and quality. Consequently, racism operates as a systemic barrier, perpetuating food and nutrition insecurity within the Black Brazilian population.

Keywords: Food and nutrition insecurity; Racism; Black population.

1 Introdução

A violação do direito básico de alimentação conduz à Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), que pode se manifestar desde a apreensão pela disponibilidade da comida até a ocorrência da fome. Para classificar a IAN utiliza-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar: Insegurança alimentar leve - quando há a preocupação de passar fome em um futuro próximo; Insegurança alimentar moderada - quando há restrição na quantidade de comida disponível; e Insegurança alimentar grave- nos casos de falta de alimento na mesa (FIOCRUZ, 2011).

A Insegurança Alimentar e Nutricional pode ser relacionada tanto em situações em que a quantidade de alimento é insuficiente, nos casos de fome e desnutrição, quanto em situações de enfermidades relacionadas à alimentação inadequada, como excesso de peso ou carências nutricionais específicas. A IAN interfere diretamente na saúde (Morais *et al.*, 2020). A insegurança alimentar tem relação de causa-efeito com a insegurança nutricional, conforme aumenta a insegurança alimentar, aumenta o percentual de desnutrição e também de sobrepeso/obesidade, diabetes, hipertensão e outras doenças crônicas não transmissíveis.

De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 52% dos lares brasileiros vivenciaram a insegurança alimentar, desde o início da pandemia. Desse quantitativo, as regiões Norte e Nordeste apresentam média maior que a nacional, 60% e 70% respectivamente, majoritariamente nos lares de pessoas pretas e pardas (VIGISAN, 2022). Os números da fome, ao serem desagregados, mostram que a fome no Brasil tem uma cor.

A fome saltou de 10,4% para 18,1% nos lares com responsáveis de raça/cor preta ou parda entre 2020 e 2022. Em 2022, 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas convivem com restrição de alimentos em qualquer nível. Avaliando o sexo, a raça/cor da pele e a escolaridade da referência do domicílio, a IAN grave das famílias foi maior quando esta pessoa era do sexo feminino, ou de raça/cor da pele autodeclarada preta/parda ou com menor escolaridade (VIGISAN, 2022). Portanto, é preciso considerar a IAN uma iniquidade social potencializada pela questão racial. No entanto, a trajetória histórica da segurança alimentar não foca suas análises a partir do racismo, estando a pobreza e a renda sempre à frente na discussão. A raça acaba sendo sempre confundida com a questão socioeconômica e não sendo estudada especificamente. As dificuldades vivenciadas pelo negro no Brasil são remetidas ao nível individual e não são assumidas como um elemento arraigado do cenário nacional, fruto do racismo que é estruturante da sociedade e que opera um sistema necropolítico.

O conceito de necropolítica foi explorado em profundidade por Achille Mbembe (2019) e descreve o uso de poder político e social para decidir como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer, ou seja, a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Mbembe identificou o racismo como um dos principais fatores que impulsionam a necropolítica. O Estado pode usar seu direito de matar de inúmeras maneiras, incluindo a produção de condições para que uns comam e outros passem fome.

Se considerarmos que a pobreza no Brasil tem cor, e ela é hegemonicamente negra, podemos inferir que existe uma forte correlação entre racismo e IAN. Entretanto, ao realizar uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com os descritores “racismo” e “insegurança alimentar” foram encontrados apenas 03 trabalhos, demonstrando a imensa lacuna nesse campo do saber. Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre o racismo e a produção da insegurança alimentar e nutricional na população negra brasileira a partir de uma revisão integrativa da literatura.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, baseado nas etapas estabelecidas por Souza *et al.* (2010): formulação da pergunta central, busca e seleção na

literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão.

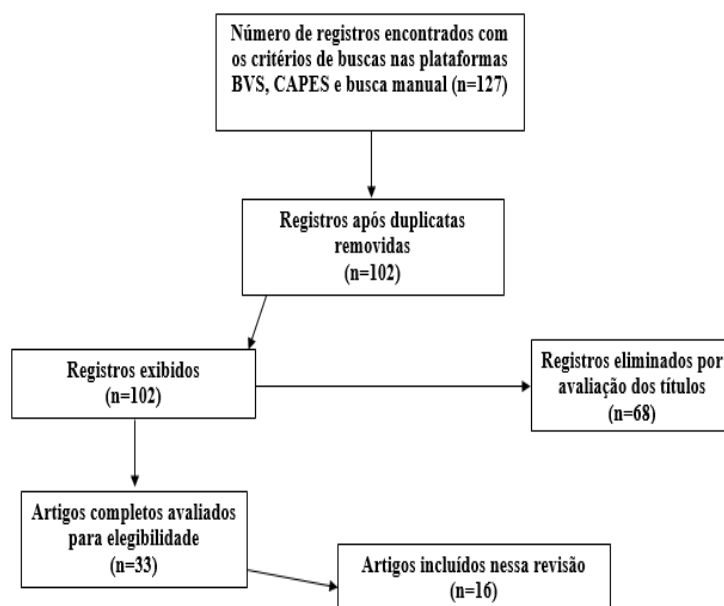
A questão da pesquisa foi definida com o auxílio do acrônimo PICO (P – população/paciente/problema, I - intervenção/interesse, Co - contexto). Neste estudo o problema refere-se a ausência do debate sobre racismo e IAN (P); o interesse, o aprofundamento sobre a temática (I) e o contexto (Co) pensar um melhor cuidado e políticas públicas para a comunidade negra. Assim, elaborou-se a seguinte pergunta de investigação: Como entender a relação entre o racismo e a insegurança alimentar e nutricional na população negra brasileira a fim de produzir um melhor cuidado em saúde? Esta questão direcionou não apenas a busca criteriosa por artigos, mas também a seleção e análise detalhada dos mesmos.

A busca bibliográfica foi realizada entre fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024, na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, no Portal de Periódicos CAPES, no Google Acadêmico e também na literatura cinzenta como relatórios epidemiológicos, entrevistas com especialistas, resumos de congresso e documentos técnicos. Buscou-se complementar o levantamento com busca manual nas citações dos estudos primários identificados. Para as buscas foram usadas as seguintes palavras-chave: "Insegurança Alimentar", "Insegurança Alimentar e Nutricional", "Segurança Alimentar e Nutricional" e "Racismo" e "População Negra" e "Raça" e "Raça/cor". Os critérios de elegibilidade estabelecidos foram: estudos conduzidos no Brasil, disponíveis na íntegra, publicações em português, inglês e espanhol, sem delimitação temporal dos artigos. Artigos duplicados e pouco relacionados ao tema foram excluídos.

A pesquisa identificou um total de 114 estudos nas bases supracitadas e mais 12 através da busca manual (através das citações de artigos lidos). Na etapa da seleção, retiraram-se os artigos duplicados e foi realizada a leitura parcial dos estudos (título e resumo), aplicando os critérios de inclusão e exclusão. Desse modo, 68 estudos foram eliminados. Na elegibilidade, os estudos passaram pela leitura completa e foram avaliados quanto a permanência ou exclusão final. Os 16 estudos restantes foram lidos na íntegra, analisados e incluídos na pesquisa.

O processo de seleção dos estudos desta revisão está apresentado no fluxograma (Figura 1), segundo checklist adaptado do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Galvão *et al.*, 2015).

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ESTUDOS,
ADAPTADO DO PRISMA



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

3 Resultados e discussão

Os artigos analisados foram publicados entre 2008 e 2023, sendo que doze foram publicados nos últimos seis anos, indicando um aumento recente do interesse pelo tema. Todos os estudos discutem a realidade brasileira, tendo sido encontrados todos em língua portuguesa.

Foram elencados quatro núcleos temáticos, sendo eles: 1) Racismo, baixa escolaridade e insegurança alimentar; 2) Racismo, gênero e insegurança alimentar; 3) Racismo, segregação residencial e insegurança alimentar; e 4) Racismo, comunidades tradicionais e insegurança alimentar.

3.1 Racismo, baixa escolaridade e insegurança alimentar

Ao analisar a escolaridade, Mainardes e Raiher (2018) verificaram que, quanto maior o grau de instrução formal dos indivíduos, menor era a prevalência na insegurança alimentar. Nos domicílios em situação de segurança alimentar, a escolaridade média era de 8,2 anos. Já para

os domicílios que sofriam de insegurança alimentar, a escolaridade média era de 5,7 anos, podendo chegar a 5,1 anos no caso da IAN grave. Ou seja, quanto mais intensa a IAN, menor a escolaridade média dos responsáveis pelo domicílio.

Santos et al. (2018) também encontraram a associação da baixa escolaridade com a insegurança alimentar moderada e grave, uma vez que melhores níveis de educação podem determinar melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, promovendo, assim, aumento da renda familiar e, com isso, o acesso à alimentação. Quando a pessoa de referência no domicílio é analfabeta ou possui baixa escolaridade, sua descendência tenderá a percorrer o mesmo caminho de limitações educacionais, ficando assim sujeito a maiores dificuldades para acessar melhores empregos e salários, o que contribui para a persistência da pobreza entre as gerações.

Em consonância, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, mostra que em 42,5% dos domicílios com responsáveis com escolaridade de até 4 anos de estudo, seus moradores estavam em IAN moderada ou grave, havendo comprometimento na quantidade de alimentos para consumo. Entre domicílios que possuíam responsáveis com mais de 8 anos de estudo, o percentual de segurança alimentar foi maior (50,6%). A IAN está também diretamente relacionada a outras condições de desigualdade. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda (VIGISAN, 2022).

A conexão entre desigualdades e analfabetismo é clara, e, portanto, é essencial observar o atual cenário educacional e social do Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD EDUCAÇÃO, 2022) mostrou que o percentual de pretos e pardos analfabetos com 15 anos ou mais é de 7,4%. O número é mais que o dobro em relação aos brancos na mesma faixa etária, com 3,4%. Entende-se, então, que o não acesso da comunidade negra a educação formal a expõe a trabalhos manuais, repetitivos e de menor qualificação, nos quais a remuneração é invariavelmente mais baixa e estão mais expostos à insegurança alimentar.

Segundo dados do estudo de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2022), a taxa de pobreza das populações preta e parda é duas vezes maior do que entre a população branca. Em 2021, considerando a renda de U\$5,50 por dia, a taxa de pobreza entre pessoas brancas era de 18,6%. Entre pretas o percentual disparou para 34,5, enquanto para pardas foi a 38,4%. Padrão similar é encontrado ao se considerar a linha da extrema pobreza

(US\$1,90 por dia). Entre os brancos, a taxa ficou em 5% em 2021. Para pretos, 9% e pardos, 11,4%. Carmo (2017) descreve que “preto é pobre, mas é pobre porque é preto. A pobreza no Brasil tem uma cor e é preta. É claro, encontramos pessoas não negras em favelas, mas a análise recai na maior dificuldade que os negros encontram em ascender e sair dessa condição”.

Vive-se hoje ainda com a persistência do abismo entre brancos e não brancos no Brasil, seja na inserção da pobreza, no mercado de trabalho formal, seja na área educacional, em que há uma diferença significativa nos anos de estudos entre negros e brancos e na própria inserção no ensino superior (MAINARDES; RAIHER, 2018). Para Arroyo (2010), as desigualdades e injustiças que inferiorizam os negros são produzidas e reproduzidas historicamente por relações políticas racializadas e padrões de dominação e exclusão dos recursos produtivos, como o trabalho, a terra, a renda e o espaço.

No estudo de Panigassi *et al.* (2008) observou-se que a insegurança alimentar moderada e grave concentra-se em famílias com maior número de membros, menor renda, maior aglomeração intradomiciliar, expostas à condição de saneamento básico precária e cujos responsáveis e membros têm menor escolaridade. Chefes com escolaridade abaixo do nível de ensino fundamental apresentavam 4,6 vezes chance de ter IAN leve e 8,4 vezes chance de ter IAN moderada e grave. Santos *et al.* (2018) também corroboram que os domicílios com maior densidade domiciliar e pessoa de referência da raça não branca também foram mais propensos à insegurança alimentar moderada e grave do que outros domicílios. Isso é esperado, visto que a aglomeração intradomiciliar implica em maior número de moradores para serem alimentados, independente da renda; e, no caso de pessoas de raça/etnia diferente de branca, apresentam maior vulnerabilidade frente às condições socioeconômicas inadequadas.

Facchini *et al.* (2014) abordam que a insuficiência financeira, agravada pela volatilidade e altos preços dos alimentos, pode ser mais determinante do que a disponibilidade de alimentos na persistência da IAN. Assim, estratégias como expansão de cobertura, focalização criteriosa e aumento dos valores pagos por benefícios sociais, como o Bolsa Família, aliadas a esforços para impulsionar emprego, renda e educação familiar, têm o potencial de otimizar as contribuições para a redução da insegurança alimentar no país.

3.2 Racismo, gênero e insegurança alimentar

O estudo realizado por Facchini *et al.* (2014) indica disparidades significativas entre as regiões Nordeste e Sul do Brasil em relação à insegurança alimentar. No Nordeste, a prevalência de IAN, especialmente de grau moderado a grave, foi maior, alcançando 54,2% dos domicílios, enquanto na região Sul, esse índice foi de 27,3%. Essa diferença está relacionada a fatores como a cor da pele materna, o emprego do chefe da família, a renda per capita e o recebimento do Bolsa Família. A análise revelou que mães com cor da pele preta ou parda apresentaram maiores probabilidades de insegurança alimentar moderada ou grave em ambas as regiões. No estudo de Mattos *et al.* (2023), a IAN grave foi mais prevalente nas regiões Norte e Nordeste (18,1% e 13,8%, respectivamente), comparativamente às regiões Centro-Oeste e Sul-Sudeste (6,9% e 6%, respectivamente).

Gubert e Perez-Escamilla (2018) também encontraram que a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave aumentou de forma linear com a diminuição da escolaridade materna. As chances mais elevadas de insegurança alimentar moderada ou grave, presentes em domicílios com mães de cor preta ou parda e com menor escolaridade materna, refletindo a situação econômica diferenciada desses lares.

Silva *et al.* (2022) analisaram 14.713 domicílios em Salvador (Bahia) utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar além dos dados do estudo transversal Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador – QUALISalvador e encontraram menor escolaridade e menor renda familiar per capita em domicílios com responsável homem negro e mulher negra, com destaque para as mulheres negras, em que 41,5% tinham até o Ensino Fundamental e 51,1% tinham renda familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Domicílios com esses responsáveis também apresentaram maior densidade domiciliar e maior prevalência de condição inadequada de moradia e saneamento em comparação com os domicílios chefiados por homem branco e mulher branca. As prevalências de insegurança alimentar foram mais elevadas nos domicílios chefiados por mulheres negras.

A insegurança alimentar nos lares liderados por mulheres emerge como uma das resultantes da interseção estrutural entre o racismo e o sexismo. A IAN é agravada pela condição monoparental e por rendas geralmente menores, criando um ambiente desafiador para garantir o adequado cuidado dos filhos e a obtenção de alimentos em quantidade e qualidade suficientes (FACCHINI *et al.*, 2014; SILVA *et al.*, 2022). São as mulheres negras as mais atingidas pelo empobrecimento. O crescimento de mulheres chefes de família ocasionou um maior impacto no aumento da pobreza e da exclusão social, porque considerando a maternidade

e a necessidade de adentrar o mercado de trabalho, as mulheres acabam por se submeter a situações de subocupações. Para Jesus *et al.* (2023), a hierarquização da vulnerabilidade social entre mulheres negras é tanto maior quanto mais escura é a cor da pele, reiterando o quesito raça/cor como constructo social e multidimensional que contribui para a produção e perpetuação das desigualdades sociais no Brasil, e, consequentemente dos cenários de IAN.

Alexandre-Wesset *et al.* (2023) ponderam que famílias lideradas por mulheres brancas enfrentam menos dificuldades financeiras em comparação com domicílios chefiados por homens negros. Essa constatação sugere que, nesse contexto específico de análise comparativa entre brancos e negros, a variável racial exerce uma influência mais pronunciada do que a variável de gênero. No Brasil, apesar das questões de gênero produzirem diferenças e iniquidades, é a questão racial que coloca toda a população negra (mulher, homem, criança, idoso, cis, hétero, etc) em maior vulnerabilidade.

3.3 Racismo, segregação residencial e insegurança alimentar

Pensando dentro do mesmo território municipal, Lopes *et al.* (2020) apresentam um debate sobre a segregação residencial. Os autores descrevem que essa segregação ocorre quando dois ou mais grupos sociais de pessoas, categorizados por uma variedade de escalas vivem separados uns dos outros, em diferentes partes do ambiente urbano, e com distribuição espacial diferente. Consequentemente, a segregação residencial racial é uma separação física das raças por residência. Os espaços segregados, categorizados por raça ou renda, promovem exposição variada a questões de saúde, principalmente quando se comparam os bairros menos ricos e mais integrados.

Associações entre bairros segregados racialmente e proximidade com a disponibilidade de alimentos ultraprocessados têm sido relatadas na literatura. Nos Estados Unidos, bairros pobres e predominantemente negros estão geograficamente associados a restaurantes fast food e distantes de lojas que vendem alimentos saudáveis. No Brasil, evidências revelaram a associação entre desvantagem econômica e concentração de lojas de alimentos saudáveis em áreas ricas. As características de um bairro quanto ao acesso à alimentação podem ser um fator que contribui para diferenças no consumo alimentar entre os moradores, provavelmente vinculando bairros urbanos segregados racialmente a disparidades no consumo alimentar. Alguns estudos mostraram relação entre segregação racial/étnica e dietas com

menores quantidades de gordura e alimentos processados, alto gasto com frutas e vegetais e maior consumo de sódio e potássio (LOPES *et al.*, 2020).

Em situações de IAN é comum a alimentação de má qualidade (caracterizada por excesso de sódio, açúcares simples e gorduras trans e saturadas, como são os alimentos ultraprocessados) porque possuem baixo custo. É sabido que o consumo excessivo desse tipo de alimento causa danos à saúde, como doenças carenciais (ex.: desnutrição) e doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, câncer, hipertensão, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, que tendem a atingir de forma mais intensa a população mais vulnerabilizada que, devido à baixa renda e baixa escolaridade, comumente vivem em situação de IAN (JESUS *et al.*, 2023).

Nesse contexto, Souza *et al.* (2022) realizaram um estudo com amostra estratificada por bairro, onde foram incluídos 15.171 domicílios, distribuídos em dez Prefeituras-Bairro. Foi encontrado predomínio de chefes de família do sexo feminino em todas as Prefeituras-Bairro. O Subúrbio/Ilhas foi a Prefeitura-Bairro (território negro, periférico e com comunidade quilombola) que apresentou a população com menor escolaridade, de até 4 anos, e a Barra/Pituba e Centro/Brotas (territórios mais centrais e brancos) tinham mais responsáveis dos domicílios com mais de 8 anos de estudo. As prefeituras-bairro Subúrbio/Ilhas e Valéria apresentaram maior prevalência de domicílios com menor rendimento, de até 1/2 salários mínimos, com maior prevalência de insegurança alimentar, maior prevalência de indivíduos autodeclarados negros e a maioria dos domicílios chefiados por mulheres (Souza *et al.*, 2022).

3.4 Racismo, comunidades tradicionais e insegurança alimentar

As comunidades quilombolas têm enfrentado historicamente situações de vulnerabilidade, racismo e violência, o que se reflete na organização social desses grupos, resultando em um estado grave de IAN. Um estudo com quilombos titulados revelou que, de cada cinco residências, quatro apresentaram crianças que ficaram sem comer por não possuírem comida em casa. Quando havia acesso à refeição, os alimentos chamavam a atenção pelo alto valor energético e pelo baixo valor nutricional (Corrêa; Silva, 2022).

Dentro da população quilombola, a IAN é significativamente mais prevalente do que na população em geral, atingindo aproximadamente 64,9%, em comparação com 42%, uma disparidade diretamente vinculada às condições econômicas desfavoráveis. Além disso, essas

comunidades enfrentam desafios adicionais relacionados à escassez de água e à precariedade do saneamento básico (Santos *et al.*, 2023). As comunidades quilombolas também são apontadas nos estudos de Silva *et al.* (2008), Silva *et al.* (2017) e Souza e Ribeiro (2023) como em maior vulnerabilidade para a IAN.

A segurança alimentar e nutricional dessa população está intimamente ligada à disponibilidade de terra ou território, fatores cruciais para garantir uma reprodução de vida satisfatória. A base da alimentação é o peixe, a caça, a farinha e as frutas; entretanto, esses alimentos têm sido substituídos por produtos industrializados em razão da facilidade de acesso aos centros urbanos, mudança da cultura alimentar e das alterações ambientais (Corrêa; Silva, 2022). Menos de 1/3 da população brasileira consome alimentos in natura na quantidade ideal, desses, o grupo majoritário é composto de pessoas brancas, cerca de 27%, ao passo que para pessoas negras o quantitativo é de 20% (Brasil, 2020).

Ao estudar comunidades quilombolas em Santarém, Pará, os pesquisadores evidenciaram a complexa rede causal da insegurança alimentar, influenciada pelo racismo, práticas predatórias atuais e a posse da terra. Em Santarém, as comunidades vivem principalmente de cultivos agrícolas e de uma incipiente produção de pecuária de subsistência. Nas terras de várzea, a população vive principalmente da pesca. A disponibilidade de peixes tem sido frequentemente baixa, afetada pelo saque de terras para produção de argila em olarias da região. A ameaça ambiental às condições de vida dessas populações é outro aspecto destacado na compreensão dos fatores causais da IAN (Silva *et al.*, 2008). Souza e Ribeiro (2023) chamam a atenção para o racismo ambiental como um produtor de iniquidades raciais em saúde, pois impacta diretamente na sustentabilidade, produtividade, cultura e consequentemente no modo de vida dos povos tradicionais.

No estudo de Silva *et al.* (2008), os fatores causais considerados de maior relevância para IAN foram: a falta de posse da terra; a ausência de uma renda monetária; o aumento de doenças; os fatores ambientais; e o analfabetismo.

Sobre a falta da posse de terra, Souza e Ribeiro (2023) apresentam o conceito de racismo fundiário, descrito como a elevadíssima concentração de terras no Brasil nas mãos dos brancos desde a invasão pelos portugueses. Dados do censo agropecuário (2017) descrevem que cerca de 47,9% dos estabelecimentos agropecuários tem produtores declarados como brancos, sendo maiores conforme a área, e os pequenos estabelecimentos são dos produtores que se declararam pardos, pretos e indígenas, ficando evidente a desigualdade na demarcação de terras. O racismo,

em suas diversas formas, estabelece obstáculos sistêmicos que dificultam o acesso a recursos, terras e políticas apropriadas, provocando desigualdades.

No estudo conduzido em Vitória da Conquista (Bahia), o estrato quilombola demonstrou prevalências mais elevadas em todos os níveis de IAN em comparação com o não quilombola, com baixos níveis socioeconômicos e educacionais, participação expressiva em programas sociais de transferência de renda e precariedade das condições habitacionais (Silva *et al.*, 2017). A participação no Bolsa Família, programa brasileiro de transferência condicionada de renda, mostra-se uma importante forma de redução da desigualdade social e contribui para o aumento do acesso aos alimentos e variedade deles nos lares dos beneficiários. Todavia, devem ser associados com outras políticas públicas de educação alimentar e nutricional, programas de infraestrutura e ações que impactem o sistema produtivo (como geração de emprego, formalização do trabalho, estabilidade dos preços dos alimentos e apoio à agricultura familiar), visando à melhoria no acesso quantitativo aos alimentos, mas também à possibilidade de escolha de uma alimentação saudável e adequada (Silva *et al.*, 2017).

Jesus *et al.* (2023) entrevistaram marisqueiras moradoras da Ilha de Itaparica (Bahia), autodeclaradas negras, a maioria com baixo nível de escolaridade, todas com filhos. Mais da metade dessas mulheres são chefes de família e a renda principal é gerada através da mariscagem, que é somada a auxílios governamentais. Na pesquisa, fica evidente que, apesar dos frutos do mar estarem presentes nos seus lares, não afastam a incerteza alimentar. Se considerado o aspecto da busca da quantidade e variedade requeridas para o adequado aporte alimentar e nutricional, as entrevistadas vivem em situação de IAN. A dieta ofertada pelo mar é complementada com alimentos de baixo valor nutricional, fontes de gorduras saturadas e trans, além do alto teor de carboidratos refinados e sódio (Jesus *et al.*, 2023).

Esse cenário de IAN se agravou a partir de 2019 por ocasião do desastre ambiental do derramamento de petróleo no litoral, o que provocou uma ruptura no trabalho e modo de vida das comunidades pesqueiras, causando danos ao meio ambiente, gerando incertezas quanto a segurança alimentar e ameaçando a sobrevivência dessa população. Ademais, no ano seguinte, o desastre sanitário causado pela pandemia da Covid-19 intensificou ainda mais a IAN nos territórios, pois as ações de proteção à saúde instituídas pelas autoridades determinaram a interrupção da atividade pesqueira em função da necessidade de isolamento social para conter a transmissão do vírus (Jesus *et al.*, 2023). Esse fenômeno, conhecido como racismo ambiental, impacta adversamente os mais vulnerabilizados e o ecossistema.

Após essas exposições da relação entre racismo e IAN, vemos que a fome crônica e coletiva no Brasil é uma produção histórica que possui distintos significados, tanto no contexto mais amplo da sociedade como no universo particular das pessoas negras atingidas. A fome se concentra em pessoas condenadas à incerteza de sobreviver desde a mais tenra idade. Falar deste tema é discorrer sobre uma modalidade de genocídio, uma realidade em que a cena da morte está predita pela falta material e destinada ao cotidiano extremado de pobreza e violência (Freitas, 2003).

4 Considerações finais

Ao realizar a revisão integrativa da literatura foi possível perceber a forte relação entre o racismo e a produção da insegurança alimentar e nutricional na população negra brasileira (periférica ou quilombola), pois ser negro significa estar exposto a uma maior iniquidade na distribuição de recursos financeiros, influenciando diretamente no acesso à alimentação na quantidade e qualidade necessárias. Destaca-se que a insegurança alimentar é mais identificada nos lares chefiados por mulheres negras, demonstrando também a relação entre racismo, gênero e vulnerabilidade alimentar.

O racismo opera produzindo escassez de várias ordens e afeta o acesso à terra, emprego, educação e, conseqüentemente, a capacidade de garantir alimentos adequados. Portanto, o racismo atua como um obstáculo sistêmico, contribuindo para a perpetuação da insegurança alimentar e nutricional na população negra brasileira.

É fundamental implementar políticas públicas e ações que combatam verdadeiramente o racismo em todas as suas formas, garantindo igualdade de oportunidades e acesso a recursos. É importante lembrar que questão da fome e da insegurança alimentar não está restrita apenas às questões de produção e distribuição de alimentos, mas também de justiça social e direitos humanos.

Referências

- ALEXANDRE-WEISS, V.P., COSTA, R., MOURÃO, P. **Prato do dia**: desigualdades. Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. Brasília: FIAN Brasil, 2023.
- ARROYO, M.G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade** [online], v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2019**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

CARMO, B. **A pobreza brasileira tem cor e é preta**. Jornal Nexo. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-e-preta>> Acesso em: 02 dez. 2023.

CORRÊA, N.A.F; SILVA, H.P. Comida de quilombo e a desnutrição infantil na Amazônia Paraense: uma análise com base no mapeamento da insegurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 29, p. e022020, 2022.

FACCHINI, L.A., NUNES, B. P., MOTTA, J. V. dos S., TOMASI, E., SILVA, S. M., THUMÉ, E., SILVEIRA, D. S. da., SIQUEIRA, F. V., DILÉLIO, A. S., SAES, M. de O., MIRANDA, V. I. A., VOLZ, P. M., OSÓRIO, A., & FASSA, A. G. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 30, n. 1, pp. 161-174, 2014.

FIOCRUZ – Fiojovem. **O que é insegurança alimentar**. 2011. Disponível em: <<https://www.fiojovem.fiocruz.br/content/o-que-%C3%A9-inseguran%C3%A7a-alimentar>> Acesso em: 22 jan. 2023.

FREITAS, M.C.S. **Agonia da fome** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003. 281 p. ISBN 85-8906-004-7.

GALVÃO, T.F., PANSANI, T.S.A. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 2015, 24: 335-342.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. 2017. Disponível em <https://censoagro2017.ibge.gov.br/> . Acesso em jan 2025.

JESUS, L.L., PENA, P.G.L., ARAUJO, K.L. Aspectos da (in)segurança alimentar e nutricional vivenciados por mulheres marisqueiras. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, p. e023024, 2023.

LOPES, M.S., CAIAFFA, W.T, ANDRADE, A.C.S, MALTA, D.C, BARBER, S., FRICHE, A.A.L. Disparities in food consumption between economically segregated urban neighbourhoods. **Public Health Nutr.**, v.23, n.3, p:525-537, 2020.

MAINARDES, F.; RAIHER, A.P. (In) Segurança Alimentar no Brasil: Prevalência e Fatores Associados. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 15, n. 25, p. 23, 2018.

MATTOS, A.C.E., GUERIN, M., CATE, L.N.S.T. Segurança alimentar e nutricional no Brasil: cenário anterior e posterior ao início pandêmico. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 30, p. e023015, 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 4.e. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MORAIS, D.C., LOPES, S.O., PRIORE, S.E. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. **Ciênc. & Saúde Col.**, v. 19, p. 2687-2700, 2020.

PANIGASSI, G., SEGALL-CORRÊA, A. M., MARIN-LEÓN, L., PÉREZ-ESCAMILLA, R., SAMPAIO, M. de F. A., & MARANHA, L. K. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 10, p. 2376-2384, 2008.

PNAD Educação. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2022. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102002>

SANTOS, A.B.A., ARAUJO, A.D., ALMEIDA, I.G.O., VILASBOAS, G.S., CARVALHO, V.C.H.S. Repercussões do racismo na alimentação e nutrição da população negra brasileira. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.30, p. e023027, 2023.

SANTOS, T.G., SILVEIRA, J. A. C. da., LONGO-SILVA, G., RAMIRES, E. K. N. M., MENEZES, R. C. E. de. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, p. e00066917, 2018.

SILVA, D.O., GUERRERO, A. F. H., GUERRERO, C. H., TOLEDO, L. M. de. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 83s-87s, 2008.

SILVA, S.O., SANTOS, S.M.C. dos, GAMA, C.M, COUTINHO, G.R, SANTOS, M.E.P dos, SILVA, N. de J. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. e00255621, 2022.

SILVA, E.K.P., MEDEIROS, D. S. de., MARTINS, P. C., SOUSA, L. de A., LIMA, G. P., RÊGO, M. A. S., SILVA, T. O. da., FREIRE, A. S., SILVA, F. M. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 4, 2017.

SOUZA, D. GAMA, C.M., COUTINHO, G.R., SILVA, S.O., SANTOS, M.E.P. (In)segurança alimentar: uma análise por unidades administrativas da capital Salvador (BA). **Bahia anál. dados**, Salvador, v. 32, n. 1, p. 300-315, 2022.

SOUZA, M.T., SILVA, M.D, CARVALHO, R. Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v.8, n.1, p:102-106, 2010.

SOUZA, C.G; RIBEIRO, D.A. Reflexões sobre práticas alimentares em comunidades quilombolas e os impactos do racismo na invisibilização dos saberes. **Rev. Alim. Cult. Amer** [Internet], v.4, n.1, p:89-104, 2023.

VIGISAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: 2022.